

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.353.964 - SP (2018/0219849-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ANESIO LOPES
ADVOGADOS : LUCAS SCALET - SP213742
THIAGO HENRIQUE ASSIS DE ARAÚJO - SP250561
SÉRGIO PELARIN DA SILVA - SP255260
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL: DATA DA VIGÊNCIA DA LEI 9.528/1997, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ARTIGO 103 DA LEI 8.213/1991. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA 1.309.529/PR. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. AGRAVO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por ANESIO LOPES, com fundamento na alínea *c* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão do Tribunal Regional da 3a. Região, que assentou o entendimento de a revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes da edição da MP 1.523-9, de 28.6.1997, está sujeita à decadência, devendo o prazo decenal ser computado a partir de 1.8.1997, à luz do próprio art. 103 da Lei 8.213/1991.

2. No Apelo Nobre, a parte Agravante sustenta que a regra prevista pela MP 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, que atribuiu a nova redação do art. 103 da Lei 8.213/1991, não pode ser aplicada retroativamente aos benefícios iniciados antes de sua edição. Defenda, ainda, a inaplicabilidade da decadência à hipótese específica dos autos que envolve o direito adquirido.

3. É o relatório.

4. A edição da MP 1.523/1997 alterou a redação original do art. 103 da Lei 8.213/1991, ditando um prazo decadencial para a revisão da RMI (Renda Mensal Inicial).

5. Assim, o citado art. 103 da Lei 8.213/1991, que somente disciplinava o prazo de prescrição para exigir prestações não pagas e não reclamadas na época própria, inovou ao disciplinar prazo decadencial para o direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão de ato de concessão de benefício.

6. Tenho entendido que a referida alteração da Lei 8.213/1991 importa em restrição de direito subjetivo, implicando em prejuízo manifesto ao Segurado da Previdência Social, motivo pelo qual deveria regular tão somente os benefícios concedidos posteriormente à sua vigência, o que incorre na hipótese em tela, porquanto o benefício previdenciário foi concedido em data anterior à nova disposição legal.

7. Contudo, a Primeira Seção desta Corte firmou o entendimento de que, embora a Lei 9.528/1997 não possa operar de maneira retroativa, a data de sua edição (28.6.1997) deve ser o marco inicial para a contagem do prazo decadencial para a revisão de benefícios concedidos antes de sua vigência. Eis a ementa desse julgado:

PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. PRAZO. ART. 103 DA LEI 8.213/91. BENEFÍCIOS ANTERIORES. DIREITO INTERTEMPORAL.

1. *Até o advento da MP 1.523-9/1997 (convertida na Lei 9.528/97), não havia previsão normativa de prazo de decadência do direito ou da ação de revisão do ato concessivo de benefício previdenciário. Todavia, com a nova redação, dada pela referida Medida Provisória, ao art. 103 da Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), ficou estabelecido que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo".*

2. *Essa disposição normativa não pode ter eficácia retroativa para incidir sobre o tempo transcorrido antes de sua vigência. Assim, relativamente aos benefícios anteriormente concedidos, o*

Superior Tribunal de Justiça

termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28/06/1997). Precedentes da Corte Especial em situação análoga (v.g.: MS 9.112/DF Min. Eliana Calmon, DJ 14/11/2005; MS 9.115, Min. César Rocha (DJ de 07/08/06, MS 11123, Min. Gilson Dipp, DJ de 05/02/07, MS 9092, Min. Paulo Gallotti, DJ de 06/09/06, MS (AgRg) 9034, Min. Félix Fischer, DL 28/08/06).

3. *Recurso especial provido* (REsp. 1.303.988/PE, Primeira Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 21.3.2012).

8. Esse entendimento foi confirmado no julgamento do REsp. 1.309.529/PR, representativo da controvérsia, de relatoria do Min. HERMAN BENJAMIN, julgado em 28.11.2012.

9. Diante do exposto, nega-se provimento ao Agravo do Particular.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR